

O BRANCO-OBJETO: O MOVIMENTO NEGRO SITUANDO A BRANQUITUDE

Lourenço Cardoso*

Resumo

Este ensaio sustenta o argumento de que a branquitude é um tema emergente nas pesquisas sobre relações raciais no Brasil. A área das relações raciais é marcada por um profundo entrelaçamento entre a atuação do Estado, a reflexão teórica e a mobilização dos movimentos sociais. Essa teia resultou na emergência da branquitude, porém vale salientar que essa emergência é fruto principalmente da ação e influência do movimento negro. Para averiguar a utilização do tema branquitude na produção acadêmica brasileira, procurei empreender o arcabouço teórico que Boaventura de Sousa Santos denominou como sociologia das ausências e das emergências: também realizei uma interface entre a literatura científica brasileira e as teorias conhecidas como pós-coloniais e procurei dialogar com as teorias feministas.

Palavras-chaves: Racismo. Branquitude. Sociologia das ausências e das emergências. Movimento negro.

PRÓLOGO

A branquitude, ou identidade racial branca, se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência de escala local e global. Não se trata de uma identidade racial homogênea e estática. A branquitude modifica-se no decorrer do tempo¹. De acordo com o contexto, por exemplo o nacional, ser branco pode significar *ser poder e estar no poder* (CARDOSO, 2008, p. 204-210). Porém, atualmente, quanto ao significado branquitude significar poder, já se observa uma mudança de 360° em países como: África do Sul, Brasil, Venezuela, Bolívia e Estados Unidos, isto se nos restringirmos ao poder executivo, porque o não-branco, ou próprio negro, alcançou o poder de chefe de Estado; todavia, é uma tendência que seria uma exceção e não regra.

A branquitude permanece significando poder. A identidade racial branca é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e o do racismo. Uma proeminente teórica desse tema, Ruth Frankenberg, define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável no qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (FRANKENBERG *apud* PIZA, 2002, p.71; FRANKENBERG, 1999b, p. 43-51). Em outras palavras, a identidade racial branca não se considera uma identidade racial marcada. Em nossa sociedade prepondera o pensamento de que o branco não possui raça ou etnia. O branco não se encaixaria nos grupos, muitas vezes, denominados como minoria racial, étnica ou nacional (CARDOSO, 2008, p. 173-198). A branquitude procura se resguardar numa pretensa ideia de invisibilidade; ao agir assim, ser

* Formado em História pela PUC-SP, Mestre em Sociologia pela Universidade de Coimbra, sob orientação do sociólogo Boaventura de Sousa Santos lourencocardoso@uol.com.br.

branco passa a ser considerado como padrão normativo e único de ser humano. Considerar o branco como único grupo sinônimo do ser humano, ou ser humano “ideal”, é indubitavelmente uma das características marcantes da branquitude em nossa sociedade e em outras.

Durante minha investigação (Cardoso, 2008), pude primeiramente perceber que os textos acadêmicos publicados e consolidados sobre a temática racial levam-nos a supor que a branquitude, enquanto tema de pesquisa, seria uma ausência nos estudos sobre relações raciais na produção acadêmica brasileira. Sobretudo, se a análise se restringir à quantidade de textos publicados a respeito deste tema. Com base no arcabouço teórico da sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2006b, p. 86-125), procurei verificar a extensão e o significado dessa suposta escassez, levando-me a realizar uma pesquisa em 606 teses e dissertações em trinta universidades em todo nosso território nacional, durante o período de 1957 a 2007. A análise da pesquisa demonstrou que os estudos sobre o tema branquitude no Brasil, depois de ausente durante um longo período, passou a ser tema emergente deste início de século. As potencialidades dessa emergência para o atual panorama da discussão sobre relações raciais, entre outros fatores², podem contribuir para tornar a teoria e práxis social sobre as questões raciais mais complexas, profundas e amplas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho empírico consistiu em um levantamento dos resumos de teses e dissertações da produção sobre as relações raciais em trinta universidades públicas brasileiras. Com o objetivo de abranger todo o território nacional, em cada estado-membro da federação, foi pesquisada uma universidade; também foi incluído o Distrito Federal. No estado de São Paulo, foram pesquisadas três universidades e no estado do Rio de Janeiro foram pesquisadas duas universidades. São Paulo e

Rio de Janeiro receberam maior ênfase na pesquisa por causa de uma razão principal: ambas universidades estão localizadas na região que provavelmente haveria maior produção acadêmica – a região Sudeste, dado que foi comprovado pela pesquisa. Além disso, no caso de São Paulo, há um protagonismo devido à proeminência da Universidade de São Paulo (USP). O Rio de Janeiro, por sua vez, ganhou destaque no debate nacional sobre políticas de ação afirmativa, porque é de lá a primeira universidade (UERJ) a implementar o sistema de políticas públicas que privilegiam estudantes negros.

A maneira que tive acesso aos resumos foi, na maioria dos casos, pelos sites das universidades. Porém, tendo em vista um levantamento mais detalhado, foi feita uma pesquisa presencial na USP para obter fotocópias dos resumos que não estavam disponíveis na Internet. De maneira geral, procurei teses e dissertações que abordavam a temática racial, por meio da utilização de palavras-chave, consultando uma por uma as produções disponíveis. As expressões de busca que utilizei foram: branco, branquitude, negro, negra, negritude, raça, relações raciais, racismo, preconceito racial, discriminação racial, etnia, étnico/racial. Ao utilizar essas palavras, às vezes, somente encontrava uma produção com o emprego do último termo. Apesar disso, essa foi a melhor maneira que descobri para obter o maior número possível de dissertações e teses disponíveis. Do total das produções consultadas, consegui levantar os resumos de 75% das produções, ou seja, 1/3, uma quantidade representativa.

A metodologia adotada procurou articular análises extensivas e intensivas, combinando métodos quantitativos e qualitativos. Na análise quantitativa, foi possível levantar os resumos existentes na USP e nas outras vinte e nove universidades, a maioria universidades federais. Com esses dados foi possível construir amostras catalogando variáveis como: a área de concentração dos trabalhos, sua natureza, a distribuição da produção acadêmica por região do território

brasileiro e o sexo dos pesquisadores. Como foi adiantado, ao todo foram levantadas 606 teses e dissertações relacionadas ao tema das relações raciais em todo o território brasileiro, durante o período de 1957 à 2007. À análise quantitativa associei métodos de análise qualitativa, nomeadamente a leitura dos resumos de teses e dissertações encontradas (VALA, 2005, p. 100-128; COSTA, 2005, p. 140-141; BARDIN, 2002, p. 114-115). Realizei um diálogo entre a teoria e os temas encontrados com o objetivo de chegar a resultados que não fossem meramente dados estatísticos. A leitura dos resumos permitiu-me definir os principais temas pesquisados na área das relações raciais, qualificando-os e contextualizando-os historicamente. Não me restringi apenas à área das ciências humanas e ciências sociais aplicadas, onde hipoteticamente poderia haver maior número de produções, pesquisei em todas as áreas do conhecimento humano, somente encontrando produções nas seguintes áreas: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Agrárias, Saúde e Linguística, Letras e Artes³.

A BRANQUITUDE NO BRASIL

Neste momento compete alongar-me um pouco mais no tema branquitude, levando-se em conta que apenas o apresentei brevemente. Desde os anos 1990, os Estados Unidos têm sido o principal centro irradiador das pesquisas sobre a categoria política e analítica branquitude. No entanto, existem produções acadêmicas sobre esta temática em países como: África do Sul, Austrália, Reino Unido e Brasil. Em nosso País o termo branquitude, no sentido de identidade racial branca, será sugerido por Gilberto Freyre em 1962. Esse célebre autor utilizará essa palavra numa analogia a palavra negritude. No desenvolvimento do seu raciocínio, Freyre criticará tanto a utilização da idéia de negritude, quanto a utilização da idéia de branquitude vinculada a realidade brasileira, “porque se trataria de uma mitificação dualista e sectária contrária a ‘brasileiríssima’ prática da democracia racial através da mestiçagem”.

My thanks go to those who participated by being present at the commemorations of Camões Day in Rio de Janeiro this year, and came to hear the words of someone who, as a disciple of Camões’ “varied color”, is as opposed to the mystique of “negritude” as to “whiteness”: two sectarian extremes that are contrary to the very Brazilian practice of racial democracy through *mestiçagem*: a practice that imposes special duties of solidarity with other mixed-race peoples. Especially those of the Portuguese Orient and Africa. Especially with those of black and *mestiço* Africans marked by the Portuguese presence (Freyre, 1962) (Gilberto Freyre *apud* GUIMARÃES, 2005b, p. 124)⁴.

Apesar de encontrar na literatura de Gilberto Freyre a primeira utilização do termo branquitude, indubitavelmente, o notável sociólogo Guerreiro Ramos foi o primeiro a propor os estudos sobre a identidade racial branca. Esse autor utilizava o termo “brancura”, que significaria para nossa literatura científica atual o conceito branquitude. Todavia, Guerreiro Ramos, outras vezes, no mesmo ensaio *A patologia social do “branco” brasileiro*, utiliza o termo “brancura” no sentido do que hoje denomino brancura mesmo. Em outras palavras, a brancura seria a pele clara e outros traços como cor de lábios e nariz, cabelos, aspectos, sobretudo, físicos, que levam uma pessoa a ser classificada socialmente como branca (RAMOS 1995[1957] a, p. 163-211). A branquitude, obviamente, também diz respeito aos aspectos físicos que identificam uma pessoa ou um grupo; no entanto, se encontra além dessas características. A brancura seria também um dos traços da própria branquitude, isto é, uma pessoa pode perfeitamente identificar-se como branca, mesmo que não possua brancura⁵.

Feita essa distinção entre branquitude e brancura, na literatura científica brasileira encontramos poucos pesquisadores que assumem a branquitude como preocupação analítica. Diante de uma revisão da literatura, encontrei os seguintes autores: Alberto Guerreiro Ramos, (1995[1957]a); Edith Piza (2000, 97-125; 2002, p. 59-

90); César Rossato e Verônica Gesser (2001, p. 11-37); Maria Aparecida da Silva Bento (2002a, p. 1-10; 2002b, p. 25-57; 2002c, p. 147-162), Liv Sovik (2004b, p. 315-325) e Lúcio Alves de Oliveira (2007, p. 66-78). Na tabela seguinte, aponto essas publicações; indico o ano da primeira edição e o tipo de material em que foi publicado.

Tabela 1 – O tema branquitude brasileira nas publicações

Nº	Autoria	Edição	Título	Material
1	Alberto Guerreiro Ramos	1957	“Patologia social do ‘branco’ brasileiro”	Livro
2	Edith Piza	2000	“Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu”	Livro
3		2002	“Porta de vidro: entrada para a branquitude”	Livro
4	César Rossatto e Verônica Gesser	2001	“A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses”	Livro
5	Maria Aparecida da Silva Bento	2002	“Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresarias e no poder público”	Tese de doutorado
6		2002	“Branqueamento branquitude no Brasil”	Livro
7		2002	“Branquitude o lado oculto do discurso sobre o negro”	Livro
8	Liv Sovik	2004	“Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e média no Brasil”	Livro
9		2004	“We are family: Whiteness in the brazilian media”	Periódico
10		2005	“Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais, e a vontade da verdade acadêmica”	Periódico
11	Lúcio Otávio Alves Oliveira	2007	“Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude de indivíduos brancos”	Dissertação de mestrado

(Cardoso, 2008)

A Tabela 1 mostra que foram encontradas onze publicações: sete artigos publicados em livros; outros dois publicados em periódicos; uma tese de doutorado

defendida na Universidade de São Paulo e uma dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal da Bahia⁶. Essa tabela revela que a primeira publicação que abordou o branco enquanto tema de pesquisa foi a publicação de Alberto Guerreiro Ramos em 1957. Esse mesmo texto foi republicado em 1995; trata-se de um trabalho pioneiro em problematizar a branquitude.

O autor, em *Patologia social do branco*, argumentou que a minoria dominante branca, para garantir a espoliação, recorria não somente à violência, como também utilizava um sistema de pseudojustificações e estereótipos (Ramos 1995[1957]b, p. 220), fazendo com que os brasileiros rejeitassem sua negritude e dessejassem a branquitude, como trataremos com maiores detalhes adiante.

Quanto aos dois artigos de Edith Piza: (1) *Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu* e (2) *Porta de vidro: entrada para a branquitude*. Em ambos os trabalhos a autora, desenvolve a ideia de que o branco não se enxergaria como um ser racializado. Isso significa que Edith Piza analisará o branco desenvolvendo a ideia de que a branquitude seria uma identidade racial não marcada, influenciada particularmente pelas primeiras produções de Ruth Frankenberg. Isto é, o branco não “enxergaria” sua identidade racial, por isso ela seria “invisível”. Aliás, para Edith Piza, quando o branco defronta-se com sua própria branquitude, causa-lhe um grande impacto, semelhante a uma pessoa desavisada que se choca com uma porta de vidro.

Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, descobrir-se racializado (...)

Porém, à medida que vai se buscando os sinais dessa suposta “invisibilidade”, vai-se também descobrindo os vãos da porta. Toda porta de vidro tem vãos. Nunca estão totalmente encaixadas na moldura (PIZA, 2002, p. 61-62).

Nos trechos acima, a ideia de invisibilidade da identidade racial branca é colocada como a metáfora “porta de vidro”. Edith Piza sugere que o branco, ao perceber que possui identidade racial, assemelha-se a uma pessoa que se choca com uma porta de vidro. Isto é, o branco não enxergaria sua identidade racial porque uma das características dessa identidade seria se expressar enquanto invisível. Portanto, quando o branco percebe-se enquanto grupo racial, o efeito é tamanho, que a autora compara ao impacto do choque de uma pessoa distraída em uma porta de vidro.

A ideia de invisibilidade como uma das características principais da branquitude tornou-se objeto de controvérsia na teoria sobre branquitude. Há autores que argumentam nessa direção (FRANKENBERG, 1999b, p.70-101; RACHLEFF, 2004, p. 108), enquanto outros, com os quais partilho a ideia, criticam o argumento de que o branco não se enxerga como grupo racial. A própria autora Ruth Frankenberg, que sustentava que a invisibilidade era um dos traços significativos da identidade racial branca, acabou por rever sua posição (FRANKENBERG, 2004, p. 307-338). Agora, sustenta que a invisibilidade como uma característica da branquitude é uma ideia fantasiosa, a concepção de que a identidade racial branca seria uma categoria não marcada não se sustenta. Desde os primeiros encontros dos europeus com os africanos e ameríndios, houve uma delimitação em que portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e alemães foram marcados ou se automarcaram como brancos, obviamente em hierarquias diferentes (SANTOS, 2006d, p. 211-255). Portanto, mais importante do que pensar sobre a suposta invisibilidade racial do grupo branco seria analisar as formas como essa identidade racial é marcada (FRANKENBERG, 2004, p. 307-338).

A ideia de invisibilidade acaba por ser outra marcação para branquitude, uma marcação que acaba por ser praticada pelos próprios teóricos, sobretudo norte-

-americanos, aspecto em que não seria prudente aos investigadores brasileiros seguirem nessa linha de análise controversa sem maiores reflexões. Matt Wray vai dizer que a definição da branquitude como norma, geralmente seguida pela ideia de que ela é “invisível”, acaba por privilegiar o ponto de vista dos brancos, que sem se enxergarem, acabam por não questionarem suas vantagens raciais (WRAY, 2004, p. 354).

De volta a Tabela 1, no caso do texto de César Rossatto e de Verônica Gesser, que trata do tema branquitude no Brasil e nos Estados Unidos. No principal eixo de argumentação, os autores defendem a importância do conceito branquitude para a luta anti-racista, na área da educação. O papel da educação seria de suma importância desde que voltado para aplicação de uma pedagogia que colabore com a supressão das hierarquias raciais; para isso, não seria sensato que o conceito branquitude fosse ignorado tanto na realidade norte-americana quanto na sul-americana (ROSSATTO E GESSER, 2001, p. 11-37).

No caso de Maria Aparecida da Silva Bento, em sua tese de doutorado, a ideia principal a ser desenvolvida é o conceito “pacto narcísico”. Por outras palavras, os brancos procuram unir-se para defender seus privilégios raciais. Neste trabalho a autora analisará como as expressões da branquitude podem colaborar para manter as hierarquias raciais, ou mais concretamente, o lugar do branco, de privilegiado racialmente. Maria Aparecida Bento analisa os discursos dos gestores de pessoal: chefe e profissionais de Recursos Humanos no serviço público de duas prefeituras. Depois da pesquisa e análise, chega à conclusão de que o profissional de RH branco tende a contratar pessoas do mesmo grupo de pertença, entre outras razões, porque o semelhante lhe inspira confiança; também voltaremos as ideias de Bento no tópico adiante.

No caso de Liv Sovik, pesquisadora da área da comunicação social, particularmente no artigo *Aqui*

ninguém é branco: hegemonia branca e mídia no Brasil, refletirá sobre o papel da mídia para o estímulo dos estereótipos favoráveis ao branco e ao mesmo tempo depreciativos ao negro. A autora demonstra que a comunicação social é uma área imprescindível para a pesquisa científica brasileira sobre a branquitude. Sovik também procura criticar o argumento de que a utilização do conceito branquitude pela produção acadêmica brasileira se reduza a uma simples importação de uma ideia estrangeira, que não se enquadraria à nossa realidade. Para a autora, a reflexão sobre a branquitude é indubitavelmente necessária para se pensar o Brasil (SOVIK, 2004a, p. 384). Essa categoria analítica e política pode colaborar para rediscutirmos, em outros termos, os temas centrais das teorias sobre relações raciais, como por exemplo o mestiço. Liv Sovik trata particularmente desse assunto em outro artigo *Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais, e a vontade da verdade acadêmica*, deixando-nos a seguinte reflexão:

[...] Se é comum afirmar o valor da mestiçagem, mais raro é um branco identificar-se como negro. Embora raro, acontece na música popular, onde não produz estranhamento (SOVIK 2005, p. 176).

Para finalizar, o último trabalho que aparece na Tabela 1 é a dissertação *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude de indivíduos brancos* defendida por Lúcio Oliveira, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFBA. Este trabalho trata-se da mais recente pesquisa encontrada sobre o branco brasileiro defendida nas academias brasileiras. Em seu trabalho, Oliveira analisou como pessoas brancas entendiam o significado de sua própria branquitude e, ao mesmo tempo, como o branco era representado socialmente (OLIVEIRA, 2007, p. 66-78). A pesquisa teve como principal fonte de informação o depoimento de oito pessoas que se autodefiniram como

brancas e brancos pertencentes ao curso de Psicologia e de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

A PATOLOGIA SOCIAL DO “BRANCO” BRASILEIRO

Como foi mencionado, o ensaio *Patologia social do “branco” brasileiro* possui o mérito de ser o primeiro trabalho que se preocupou em problematizar o branco no Brasil. Enquanto os estudos críticos da branquitude se fortaleceram a partir dos anos de 1990 nos Estados Unidos. Já no Brasil, muito antes, Guerreiro Ramos já propunha que se problematizasse a identidade racial branca em 1957. Em resumo, a tese central do ilustre sociólogo é a seguinte: existia na sociedade brasileira uma patologia social do ‘branco’ que consiste na negação de pessoas com qualquer ascendência biológica ou cultural negra (RAMOS, 1995[1957]b, p. 220). Em outras palavras, o brasileiro no geral considerava vergonhosa qualquer associação à sua ascendência negra, seja no âmbito cultural ou biológico. O autor irá sustentar que, devido ao passado considerado “positivo” da história da identidade racial branca – a história de uma aristocracia econômica e intelectual – fez com que ocorresse a tendência a que o pardo fosse classificado como branco; e o preto como pardo, resultando em um branqueamento e empardecimento da sociedade brasileira; por consequência, na diminuição da classificação preto.

A classificação preto, pardo e branco é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os resultados dos censos populacionais de 1940 apontaram essa tendência e outras tendências por vezes paradoxais: a pesquisa revelou maior concentração de pessoas classificadas como pretos na região Sul, que possui a menor concentração da população não-branca; e menor quantidade de pretos na região Norte e Nordeste, que possui a maior parcela da população não-branca. Para o sociólogo, esse recenseamento de 1940 indicava a ten-

dência de diminuição e desaparecimento do negro da região Norte e Nordeste, enquanto que a população da região Sul enegrecia.

Guerreiro Ramos, ao mesmo tempo em que considerava esses dados inverossímeis, interpretava-os como indício do quadro patológico das relações raciais brasileiras. Em síntese, o negro tendia a identificar-se como pardo, o pardo como branco, e o branco recusava-se a aceitar a ideia de possuir qualquer mistura biológica ou cultural com o negro; o branco procurava argumentar sempre a favor de sua ancestralidade europeia. Enfim, o branco brasileiro, ou branco sul-americano, ou branco latino, desejava ser branco centro-europeu ou branco norte-americano, branco anglo-saxão, branco germânico. Nosso branco era influenciado pela hierarquia racial entre as nações (WARE, 2004a, p. 24), objetivando se encontrar no patamar mais elevado.

Apesar do quadro patológico brasileiro, Guerreiros Ramos era otimista quanto ao futuro e sustentou que no Brasil daquela época [anos 1950], ao passo em que ia seu desenvolvimento econômico-social, não proporcionaria mais suportes concretos que permitiriam às minorias brancas sustentarem suas atitudes “arianizantes”. Para extinguir essa patologia social do branco, as seguintes condições eram necessárias: (1) um trabalho de reeducação e discussão sobre essa patologia; tratava-se de um trabalho que provavelmente faria com que muitas pessoas se libertassem desta ideia pejorativa sobre si próprias e (2) uma articulação entre as gerações: seria compreensível que as características dessa patologia se apresentassem mais acentuadas nas gerações mais próximas do regime escravocrata. As gerações mais jovens se mostram mais dispostas a admitir os novos critérios, que podem levar a rever sua própria identidade racial (RAMOS, 1995[1957]b, p. 234-235). Na perspectiva de Guerreiro Ramos, a rejeição do branco brasileiro a qualquer atribuição à mistura biológica e cultural com o negro e a cultura negra tratava-se

de uma ideia que tendia a desaparecer na medida em que se distanciava a memória da escravidão.

Contudo, na prática, essa hipótese de Guerreiro Ramos não se concretizou, nem tende a se realizar, mesmo porque as expressões artísticas e a mídia de modo geral tendem a reatualizar a memória da escravidão ao sublinhar e, até mesmo, abusar da imagem do negro no “papel de escravo”. Além disso, o próprio movimento negro procura se associar ao período da escravidão ao resgatar as histórias individuais e coletivas da rebelião negra contra a escravidão. Portanto, essa memória passa a ser “positivada” pelos próprios negros ativistas e não-ativistas. Se em determinados períodos, particularmente nos anos 1950, o movimento negro expresso na entidade Frente Negra Brasileira rejeitava a cultura de matrizes africanas como a religião Candomblé em favor do catolicismo, o movimento negro, sobretudo do início dos anos 1980, procurava utilizar a religiosidade afro-brasileira como símbolo de orgulho da cultura negra.

Quanto à outra hipótese, quando ele sustenta que as gerações mais novas tendem a ser mais flexíveis e que isso levaria ao questionamento da própria branquitude, estou de acordo com Guerreiro Ramos. Neste ponto levanto a hipótese de que o movimento negro tem colaborado nesse aspecto. Ou seja, com a emergência do tema branquitude, os brancos que desaprovam o racismo tendem a questionar seus privilégios raciais. Os primeiros a realizarem esta autoreflexão talvez sejam os próprios brancos anti-racistas teóricos e ativistas. Pessoas especialistas sobre “o outro”, no caso o negro, que começam a refletir sobre a própria branquitude, como exemplo poderia citar a psicóloga Edith Piza (2002, p. 59-90).

Penso que a consolidação de uma branquitude crítica, isto é, o branco que desaprova o racismo, depende também em grande parte de um exercício autoreflexivo sobre o lugar racial do branco (BENTO, 2002b, p. 25-57; RAMOS, 1995[1957]c, p. 163-211). Para concluir, diria que Guerreiro Ramos, em *Patologia social do branco*, acaba por analisar o impacto da ideologia do branqueamento no gru-

po branco. Os pesquisadores do seu tempo tendiam a pensar no impacto dessa ideologia apenas para o grupo negro; discorriam longamente a respeito do desejo do negro, com “complexo de inferioridade”, de ser branco. Com Guerreiro Ramos, pode-se tentar compreender de forma semelhante “o complexo de inferioridade” do branco que vive em um país periférico (WARE, 2004a, p. 24-26). Se por um lado o negro brasileiro desejava ser branco brasileiro, por outro lado, de forma semelhante, muitos brancos brasileiros desejavam ser branco estadunidenses, ou brancos ingleses, brancos alemães e talvez muitos ainda desejem.

A BRANQUITUDE IMPLÍCITA NO BRASIL

A tabela que será apresentada abaixo foi elaborada com base em minha pesquisa (Cardoso, 2008) e aponta que a branquitude vem sendo investigada no Brasil de maneira implícita.

Esta tabela mostra seis dissertações e uma tese de doutorado que versam sobre a pertença étnica e racial dos grupos brancos de origem alemã e italiana. O aspecto mais relevante que pretendo demonstrar com a Tabela 2 resume-

se na constatação que a branquitude também foi estudada de maneira implícita na academia brasileira, desde 2001. Vale salientar que esse é um dado novo que a minha pesquisa trouxe para discussão teórica sobre relações raciais e particularmente sobre os estudos de branquitude no Brasil. Considerarei que as pesquisas sobre a branquitude, nestes casos, são implícitos porque problematizam certos grupos brancos sem localizá-los no quadro geral da teoria ou práxis sobre relações raciais em nossa sociedade, porém, distinguem a pertença étnica desses grupos, mesmo quando não consideram a distinção, ou a diferença desses grupos de origem italiana e alemã como uma classificação racial, ou étnico-racial.

O PACTO NARCÍSICO

Como foi mostrado alhures, Maria Aparecida da Silva Bento é a autora da única tese de doutorado sobre o tema branquitude defendida no Brasil. Vale ressaltar que a ideia principal desenvolvida pela pesquisadora seria o conceito “pacto narcísico”, isto é, os brancos procurariam unir-se para defender seus privilégios raciais. Na concepção de branquitude de Bento encontra-se

Tabela 2 – O tema branquitude implícita nas produções acadêmicas brasileiras

Universidade	Ano	Grau	Subárea	Títulos	Autoria
1) UERJ (Sudeste)	2002	M	História	Os “Auslanddeutsche” no Brasil. As colônias Alemãs no contexto das Relações Brasil-Alemanha. Um olhar sobre o Vale do Itajaí-Açu (1937-1945).	Mônica Velloso Azevedo
2) UFRJ (Sudeste)	2004	M	História	Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921).	Deivy Ferreira Carneiro
3) UFRGS (Sul)	2001	M	Comunicação	O desenho de humor no resgate da identidade cultural análise de personagens	Augusto Franke Bier
4) UFRGS (Sul)	2005	D	História	A trajetória de uma liderança étnica: J. Aloys Friedrichs (1869-1950).	Haike Roselane Kleber da Silva
5) UFSC (Sul)	2002	M	Educação física	A cultura popular e as atividades rítmicas: um estudo de caso em uma comunidade de raiz étnica germânica.	Célia Guima-rães Perini
6) UFSC (Sul)	2004	M	Ciências Humanas	Representações sociais e etnia: um retrato interdisciplinar de Escola Agrícola.	Márcia Santos de Souza
7) UFSC (Sul)	2001	M	História	Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória.	Branco, Juçara de Souza Castello

(CARDOSO, 2008)

também a ideia de invisibilidade racial, semelhante ao significado empregado por Edith Piza (2002, p. 59-90). Contudo, a autora, ao considerar a “suposta” invisibilidade como uma das características da identidade racial branca, ou seja, ao desenvolver o conceito “pacto narcísico”, acaba por seguir mais na direção de apontar que a branquitude significaria privilégios simbólicos e materiais palpáveis do que na ideia de invisibilidade racial, ou identidade não marcada.

Porém, a invisibilidade racial branca, ou identidade não marcada, encontra-se em destaque nos trabalhos de Maria Aparecida Bento, que, diga-se de passagem, possui como base teórica fundamental Edith Piza e os primeiros trabalhos de Ruth Frankenberg (FRANKENBERG, 1999b, p. 70-101). Vale salientar que o ponto controverso dessa linha de interpretação resume-se no seguinte: a perspectiva que sustenta que o branco ignora, ou seja, não enxerga sua identidade racial, pode levar a branquitude a abster-se das responsabilidades dos seus privilégios raciais por causa de sua ignorância, que impossibilita a reflexão sobre a própria identidade racial. Neste ponto, com esses referenciais teóricos (PIZA, 2000, p.7-125 e 2002, p. 59-90), o conceito de pacto narcísico de Maria Aparecida Bento cai em contradição.

A autora, com o mesmo conceito, sustenta a tese de que a branquitude traz vantagens que se acumulam e reproduzem as desigualdades raciais. Em outras palavras, para compreender melhor as desigualdades raciais em nossa sociedade, seria importante entender o pacto entre os brancos, ou seja, seria necessário refletir sobre os preconceitos e práticas racistas que ocorrem “por interesse”, porque tanto a prática racista oriunda da ignorância (leia-se preconceito) quanto por interesse resultam na manutenção dos privilégios da branquitude. Mesmo porque a desigualdade racial entre negro e branco não ocorre apenas pelo preconceito da pessoa ou grupo branco, mas também pelo interesse da pessoa e grupo branco de proteger e preser-

var suas vantagens raciais. Se o pacto narcísico ocorre também pelo interesse dos brancos em preservarem seus privilégios étnicos-raciais, obviamente podemos considerar que o branco ao se compactuar se enxerga enquanto pessoa e grupo racializado. Para concluir, diria que ao empregar o conceito “pacto narcísico”, Maria Aparecida Bento irá se contradizer sempre que reiterar a ideia de invisibilidade racial.

Feita essa apreciação, não poderia deixar de destacar que Maria Aparecida Bento, com base em sua tese de doutorado, publicou dois artigos: *Branqueamento e branquitude no Brasil* e *Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro*, ambos publicados no livro *Psicologia social do racismo*. Em resumo, neste primeiro artigo a autora criticará a ideia vigente de intelectuais brancos de prestígio que sustentavam que o negro ao ascender socialmente embranquecia, portanto o lugar do negro seria o lugar de precariedade social. Quanto ao segundo artigo, a autora mostrará como a experiência da organização em que coordena, o Centro de Estudos da Relação de Trabalho e Desigualdades (CEERT) pode colaborar para a discussão do tema racismo e branquitude.

O trabalho desenvolvido pelo CEERT tratava-se de uma discussão voltada à pessoas ligadas ao feminismo e sindicalismo. Neste trabalho Maria Aparecida Bento conclui que os sindicalistas e feministas procuravam restringir a interpretação ao gênero e classe, deixando de questionar o lugar da “mulher branca” ou do “sindicalista branco” (Bento, 2002c, p. 147-162), isto é, deixavam de problematizar seus privilégios raciais, apesar de serem todas mulheres, ou todos sindicalistas. No caso de serem brancos, possuíam vantagens raciais em relação aos sindicalistas negros e as sindicalistas negras. A lição aprendida no curso, entre outras, seria sobre a importância de se problematizar as desigualdades sociais levando-se em consideração suas complexas intersecções quanto gênero, sexo, raça, opção sexual,

não se restringindo a uma identidade mestra, seja ela classe, raça, ou gênero.

A EMERGÊNCIA DA BRANQUITUDE

Maria Aparecida da Silva Bento e o próprio Guerreiro Ramos representam dois momentos distintos da história do movimento, sendo duas figuras de destaque (Cardoso, 2008: 61-84). Se por um lado a publicação *Patologia social do "branco" brasileiro* de Guerreiro Ramos pode representar o projeto de se problematizar o branco nas pesquisas sobre relações raciais, por outro lado, *Psicologia social do racismo* pode representar a colocação em prática desse projeto, que não foi possível diante do contexto histórico no qual viveu Guerreiro Ramos, levando-se igualmente em conta que o movimento negro não possuía a mesma força e articulação nacional e internacional. Além disso, ainda era muito forte a ideologia da democracia racial, partilhada pelo próprio movimento negro em certa altura.

O protagonismo de Maria Aparecida Bento coloca-nos neste momento como importante ativista intelectual destacada sobre o tema branquitude brasileira (BENTO, 2002b, p. 25-57). Digo isso sem deixar de mencionar a importância de Edith Piza e de Liv Sovik para emergência dos estudos sobre a branquitude no Brasil. Aliás, Liv Sovik tem abordado o tema branquitude na área da Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo coordenadora da pesquisa *Aqui Ninguém é Branco: etnicidade dominante e música popular*, entre os anos 2003-2005, financiado pelo CNPq. Contudo, não se trata de um equívoco reconhecer o papel de Maria Aparecida Bento. Obviamente, essa ação não possui um significado apenas individual, trata-se também de uma ação coletiva do próprio movimento negro (Cardoso, 2008: p. 11-28), onde podemos encontrar no intelectual Guerreiro Ramos o pioneiro. O intelectual esteve muito próximo ao Teatro Experimental do Negro, uma organização negra de destaque, que foi muito atuante nos anos 1950, portanto, tanto Guerreiro

Ramos quanto Maria Aparecida Bento são parte e possuem ligação com o movimento negro.

Vale salientar que o livro *Psicologia social do racismo* tornou-se uma referência significativa para a discussão sobre relação racial no Brasil (HUIJG, 2007, p. 11 e 91; BENTO, 2002b, p. 25-57; SOVIK, 2004b, p. 315-325). Essa publicação, inclusive, é uma referência para os estudantes interessados em pesquisar o branco em universidades fora do Brasil em países como Holanda, Estados Unidos e Portugal. Cito como exemplo trabalho de Dieuwertje Dyi Huijg que escreveu a dissertação: *Feministas brancas, tirando às máscaras: a expressão da branquitude feminina nas relações raciais intra-gênero*, defendida na Holanda na Universidade de Leiden, em 2007.

Esta produção acadêmica, além de outros temas, aborda a branquitude na sociedade brasileira. No mundo globalizado em que vivemos, uma dissertação que aborda a branquitude no contexto brasileiro, produzida na Holanda pode influenciar a produção acadêmica no Brasil, do mesmo modo que o livro *Psicologia social do racismo* também contribuiu para que uma pesquisadora holandesa aprofundasse seus estudos sobre ser branco, pensando também a mulher branca brasileira. Para terminar, ao citar o trabalho de Dieuwertje Dyi Huijg, que dialoga com os textos de Maria Aparecida Bento, podemos notar a mútua influência entre os contextos local e global e, por essa mesma razão, a dissertação de Huijg pode influenciar os estudos sobre as relações raciais no Brasil; trata-se também de um forte indício de que a emergência do tema branquitude na academia brasileira tende a se fortalecer.

EPÍLOGO

Em minha pesquisa, pude perceber a emergência do tema branquitude na produção acadêmica brasileira sobre as relações raciais (SANTOS, 2006b, p. 86-125). Contextualmente, várias razões contribuíram para esta emergência. Por um lado, o fortale-

lecimento dos movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, sobretudo depois das políticas neoliberais incentivadas pela adoção das decisões do Consenso de Washington pelo Estado brasileiro. Por outro lado, deve ser apontada igualmente a mudança na postura política do Estado no tocante ao tema das relações raciais.

A partir dos anos 1990, o Estado passou a aproximar-se da concepção de um Estado intercultural; nesse sentido, contraria uma postura historicamente consolidada em que os conflitos entre as identidades culturais tentavam ser acomodados na ideia de identidade nacional (MUNANGA, 2004, p. 118). Uma das conclusões “provisórias” para as quais a pesquisa aponta é que a atuação do movimento negro, ao visibilizar e questionar o branco, fez com que ele fosse particularizado ou “provincializado”⁷ (SANTOS, 2002, p. 83).

A “visibilidade” do movimento negro expressa em sua influência nacional leva ao questionamento do lugar racial do branco. Em outras palavras, a branquitude, que se recusa a pensar sobre seu privilégio racial, quando se sente discriminada por políticas de discriminações “justas” – como as políticas de ações afirmativas, por exemplo – passa a questionar a ideia de pertença étnica e racial. O movimento negro, ao provincializar o branco, começa a questionar a suposta humanidade exclusiva do branco, resultando em um duplo processo em que o negro é pessoa e o branco também. O negro reivindica seu caráter de pessoa, luta pela igualdade com o reconhecimento da diferença; ao fazê-lo, ingressa na categoria de pessoa universal, antes apenas ocupada pelo branco (SANTOS, 2006c, p. 289-291).

O negro, ao reivindicar o caráter universal em sua luta, faz com que a pessoa universal tenha no mínimo “duas cores” (pertencas étnicas e raciais). A luta pelo reconhecimento étnico e racial do movimento negro seria a luta para ser pessoa, contudo, com uma qualidade específica: pessoa negra. Se por um lado, o movimento negro – movimento social dos oprimidos –, ao assumir sua identidade cultural como uma forma de afirmação na luta contra a opressão,

ascenderia à universalidade de condição humana, deixando de ser inumana, ou humano numa hierarquia inferior, por outro lado, o branco terá maior dificuldade de se identificar como branco. A queda do branco do lugar de universalidade onde se encontrava resultará, primeiramente, em uma postura defensiva, pois qualquer identificação racial, étnica e coletiva seria uma degradação do seu estatuto anterior, enquanto para o negro ocorre justamente o contrário.

THE WHITE-OBJECT: THE BLACK MOVEMENT SITUATING WHITENESS

Abstract

This article supports the argument that the whiteness as an issue in researches on race relations in Brazil is an emergence. The emergence of this theme relates to the influence and power of mobilization of the black movement. To investigate the use of the theme whiteness in the academic production in Brazil, I tried to undertake what Boaventura de Sousa Santos called sociology of absences and emergencies. The work consisted of an empirical survey of abstracts of thesis and dissertations devoted to the study of race relations in thirty Brazilian public universities. After examination of the abstract of thesis and dissertations, noted that the whiteness, as a matter of research, was absent during the period from 1960 to 2000, and emerged in the beginning of this century (2000-2007). It was concluded that, in Brazil, the area of race relations is marked by a profound intertwining between the actions of government, academic and theoretical reflection and mobilization of social movements

Keywords: racism, whiteness, sociology of absences and emergencies, black movement.

NOTAS

- 1 cf. Cardoso (2008). Este ensaio trata de uma brevíssima exposição de minha dissertação de mestrado intitulada: *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (1957-2007)*.

- 2 Pormenores, cf. Cardoso, 2008, p. 203-210.
- 3 Essas classificações sobre as áreas do conhecimento seguiram o padrão proposto pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 4 “Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam este ano, no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da “vária cor”, camoneana, tanto se opõe à mística da “negritude” como ao mito da “branquitude”: dois extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana (Gilberto Freyre, 1962)”, tradução de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães.
- 5 Ao mencionar branquitude e branca encontram-se implícitas também as controvérsias sobre raça, etnia, abolição da raça, racismo, racialismo, abolição da branquitude, etc, cf. Cardoso, 2008, Gilroy, 1998 e 2001, Miles, 1994 e Roediger, 2000.
- 6 As tabelas foram elaboradas por Cardoso (2008, p. 189), todavia, foram feitas atualizações.
- 7 A expressão “provincializar o branco” foi inspirada na publicação de Chakrabarty, 2000.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida da Silva. *Pactos narcísicos no racismo: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (Tese de doutorado), São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade, 2002a.

_____. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. p. 25-58.

_____. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b. p. 147-162.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 – 2007)*. (Dissertação de mestrado), Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2008.

_____. *O movimento negro no Brasil: A luta pela igualdade com o reconhecimento da diferença*. Saberes Revista do Observatório dos Movimentos Sociais: UFPE, v. 1, 2008, p. 11-28.

CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida da Silva (org.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

CAVALLERO, Eliane. *Racismo e anti-racismos na educação: repensando a escola*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2001.

CHAKRABARTY, Diespesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton University Press, 2000.

COSTA, Antonio Firmino da Costa. A pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (org.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 2005. p. 129-148.

FRANKENBERG, Ruth. *White women, race masters: The social construction of whiteness*. USA: University of Minnesota. 1999a.

_____. Race, sex and Intimacy I: Mapping a discourse. 1999b. In: FRANKENBERG, Ruth. *White women, race masters: The social construction of whiteness*. USA: University of Minnesota. 1999a. p. 70-101

_____. A miragem de uma branquitude não marcada. In: WARE, Vron (org.) *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004. p. 307-338

_____. *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel, São Paulo: Editora 34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Sociais Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Racial democracy. In: SOUZA, Jessé e SINDER Valter (org) *Imagining Brazil (Global Encounters)* 1ª ed. Lanham, Md.: Lexington Books, 2005b. p. 119-140

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (org.), Trad. Adelaine La Guardia Resende et al., Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HUIJG, Dieuwertje Dyi. *Feministas brancas, tirando às máscaras: a expressão da branquitude feminina nas relações raciais intra-gênero*. (Dissertação de mestrado), Holanda: Departamento de Letras da Universidade de Leiden. 2007.

HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MILES, Robert. *Racism: After 'race relations'*. Reprinted, London and New York: Routledge, 1994.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade Nacional versus Identidade Negra*. 2. ed., Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Lúcio Otávio Alves. *Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude de indivíduos brancos* (Dissertação de mestrado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, 2007.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957]a.

_____. Patologia social do 'branco' brasileiro. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957]a. p. 215-240

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica a sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995[1957]a. p. 163-211.

ROEDIGER, David R. *Towards the Abolition of Whiteness*. London, New York: Verso, 2000.

ROSSATO, César e GESSER, Verônica. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidense. In: CAVALLERO, Eliane. *Racismo e Anti-Racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2001. p. 11-37 .

PIZA, Edith. Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: HUNTLEY, Lynn e GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo (orgs.). *Tirando a máscara*. Ensaio sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 97-125

_____. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 59-90

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 1, Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 2006a

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 2006b. p. 86-125

_____. A construção intercultural da igualdade e da diferença. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 2006c. p. 259-293.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. 13ª ed., Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. 2004. In: WARE, Vron (org.). *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond. 2004. p. 363-386,

_____. We are family: Whiteness in the brazilian media. In: Journal of Latin American Cultural of Studies, 2004b.

_____. Por que tenho razão: branquitude, estudos culturais, e a vontade da verdade acadêmica. *Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura Journal of Communication and culture*. vol. 3, nº 2, julh. Dez, 2005. p. 159-180

VALA, Jorge. A Análise de conteúdo. In: SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 2005. p. 100-128

WARE, Vron. Introdução: O poder duradouro da branquitude "um problema a solucionar". In: WARE, Vron (org.) *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 7-40

_____. WARE, Vron (org.) *Branquitude: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

Enviado em 19 de maio de 2009

Aprovado em 14 de agosto de 2009

